

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2019

ACTA Nº 27

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas.-

-----A Câmara Municipal justificou a falta do Senhor Vereador Fernando Vale, que não pôde estar presente por motivos profissionais.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para referir que "como poderemos apreciar mais à frente, em pontos específicos da ordem de trabalhos, teremos oportunidade de perceber que aquilo que tem a ver com o sistema de transportes públicos no país, é uma área que está em profunda convulsão, tem muito a ver com aquilo que foi a transposição de um regulamento comunitário de 2007 que estabeleceu um prazo de dez anos para essa legislação ser transposta para as legislações dos Estados Membros e está neste momento em vias de ser operacionalizado o culminar desse processo. No âmbito deste processo também na sequência, desde logo, de uma deliberação que já aqui tomámos e a Assembleia Municipal também, como se deverão recordar, em determinado momento, houve uma transferência de competências naquilo que tem a ver com as autoridades de transportes que, grosso modo, era o IMT que tinha essa competência, essa competência foi em tempos transferida para os municípios e aqui há uns meses atrás entendemos todos, na Comunidade Intermunicipal, com excepção de Coimbra, que





faria sentido que a CIM assumisse esse papel. Isso foi apenas o preâmbulo de um processo mais alargado, como vamos perceber e apreciar mais à frente, a própria contratação do sistema de transportes para toda a Comunidade Intermunicipal, excluindo Coimbra, será um processo que está centralizado na CIM, neste momento já está a decorrer, ainda assim, há uma situação intermédia que tem a ver com um Diploma que já tinha sido publicado e que fazia cessar à data de hoje todos os acordos, todos os contratos que estivessem em vigor, relacionados com a prestação deste tipo de serviço e que careciam de um novo procedimento. O que é que aconteceu relativamente a isto e era aqui que queria chegar: a Comunidade Intermunicipal entendeu, até para isto ser tratado de uma forma homogénea, uniforme, e de ter também lastro jurídico forte, entendeu que este processo do ponto de vista jurídico, devia ser conduzido por uma entidade especializada na área, neste caso foi por um dos escritórios com mais experiência na área da contratação pública, a "Servulo & Associados", que produziu um conjunto de peças. Essas peças, para este periodo provisório entre o dia 3 de Dezembro de 2019, e o dia em que a CIM contrate a rede para os 18 municípios da CIM, procedimento esse, que já foi desencadeado, necessitamos, neste intervalo temporal, de assegurar uma solução; esta solução, do ponto de vista legal, estava dependente de um Diploma que já toda a gente conhecia, mas que estava dependente de promulgação por parte do Presidente da República, que aconteceu no dia 29 de Novembro, daí que a concretização deste processo intermédio, entre esta data de 3 de Dezembro e a data em que se concluir a contratação por parte da CIM, implica este procedimento e é esse procedimento que ontem fechámos, do ponto de vista do início do procedimento, depois de ter sido feita a publicação deste Decreto-Lei 169-A/2019, despacho esse que eu tive que assinar, pois tinha que ser enviado para o operador com a data de 2 de Dezembro.----------Queria dar-lhes nota de que, na sequência da deliberação que tomámos aqui há uns dias, relativamente à aprovação das peças contratuais para a empreitada da ampliação da Zona Industrial da Relvinha, foi entretanto publicado o anúncio em Diário da República, no dia 20 de Novembro e neste momento está a decorrer o prazo que fixámos de 30 dias para apresentação de propostas.---------Dar-lhes nota também do processo relacionado com a reposição dos equipamentos e das infra-estruturas municipais, no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia, o prazo teve aqui uma prorrogação de quatro dias, para se tratar das questões formais até dia 4 de Dezembro, amanhã, e o que queria dizer-vos era que se tratou de um processo que, como se recordarão, envolvia um valor de apoio financeiro, sem condicionante, de três milhões e meio de euros. Nós submetemos ao mercado concursos públicos e procedimentos que se aproximaram dos 4 milhões de euros e havia, desde logo, a perspectiva de se perceber que poderia haver uma fraca execução ou uma execução menos significativa por parte de alguns municípios, que pudesse libertar verbas para aqueles que executassem mais. O que queria transmitirvos é que à data de sexta-feira temos este processo com uma execução na ordem dos 3.700.000,00€, não conseguimos concluir todas as intervenções, aquela que é mais crítica é a da casa da Quinta do Dr. Urbano, que sendo uma construção mais exigente, do ponto de vista físico e financeiro, está neste momento com cerca de 75% de execução, o que significa que vai haver um valor de cerca de 150 mil euros que terá que ser suportado pelo Orçamento municipal; ainda assim, do levantamento que tinha



-----Pediu a palavra a Senhora Vice-Presidente para "dar nota de um conjunto de iniciativas com as quais iremos assinalar a quadra natalícia; ontem iniciámos com a abertura da iluminação de natal, mas de qualquer modo gostava de destacar iniciativas que iremos levar a cabo: Concurso do Comércio Local, um concurso que pretende dinamizar e apoiar o comércio local, dado o valor de vochers que depois vai a concurso e que são também distribuídos no nosso comércio; o Concurso de Arvores de Natal dedicado a toda a comunidade, para incentivar a participação das pessoas na sua prática reutilizando materiais e dinamizando o espaço central da vila; o Mercado de Natal, que em anos anteriores foi organizado pelo CLDS, este ano será organizado por nós e desenvolver-se-á nos mesmos moldes, terá um programa de animação sempre variado e inovador; Cantares de Natal e as Janeiras na Aldeia, com as três Tunas concelhias que convidámos a participar e este ano convidámos também o Orfeão Maestro Alves Coelho a associar-se a esta iniciativa e que se dedica em levar estes Cantares de Natal a aldeias mais afastadas do nosso centro e que não têm tanto acesso à nossa cultura. Sessões especiais de cinema direccionadas principalmente para as crianças, e um conjunto variado de actividades para as férias de Natal, em que há um programa de Ocupação de Tempos Livres para as crianças."------

-----Pediu a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** para "abordar dois assuntos breves; um deles tem a ver com o desporto motorizado; chegou-me ao conhecimento que havia alguém interessado em fomentar a actividade motorizada, mais ligada ao motocrosse. Pergunto se há alguma verdade nisso e, a haver verdade, o que é que a Câmara pensa fazer relativamente a essa possibilidade? Arganil já teve o galardão máximo no desporto motorizado, no motocrosse, foi mesmo a melhor organização do mundo, situação essa que se perdeu, porque as pessoas foram tendo outras ocupações e esse galardão caiu.----------Relativamente ao parapente, pergunto se a situação chegou a avançar e se houve contactos?----------Uma outra situação; retiraram a passadeira em frente à Caixa de Crédito e colocaram pavimento diferente, mas as pessoas fazem questão daquilo ser uma passadeira; se houver ali um acidente, o motorista não tem culpa nenhuma e o peão pensa que está a fazer certo; deviam ser repintadas as passadeiras nesta Avenida, de forma a orientar as pessoas para os devidos locais, porque as pessoas estão crentes que aquilo é uma passadeira, quando efectivamente não é."-----

-----Pediu novamente a palavra a Senhora **Vice-Presidente** para "acrescentar uma informação à minha intervenção; conforme foi também informado, decorreu a





-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para explicar que "relativamente ao motocrosse, há uns tempos largos atrás, houve a abordagem de um potencial investidor para fazer o relançamento da modalidade no concelho. Contingência e condicionante que não é de menor importância nesta matéria: esse potencial investidor teria negociado, pelo que percebi, os terrenos da antiga pista de motocrosse, a circunstância e a verdade é que aquilo que aconteceu na década de 80, e todos reconhecemos isso, e eu fui muitas vezes, como aficionado, ver provas na zona da Peneda Talhada e da Lomba do Canho, mas a verdade é que aquilo que se lá fez nessa altura, se fosse hoje, ia muita gente presa, pois é uma zona que está na área protegida da Lomba do Canho, aquela movimentação de terras, provavelmente até diriam que foi a Câmara que fez ou a patrocinar, como sabem, desde 95 para cá, dava violação das regras do PDM, directinha perda de mandato, mas isto foi tudo antes. Isto significa que aquela localização, com aquilo que são as condicionantes que



ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Tra	balhos:
ORDEM DE TRABALHOS:	
Capítulo Segundo – Diversos;Capítulo Segundo – Diversos;Capítulo Terceiro – Expediente;	
Capítulo Quarto – Requerimentos Diversos	

Capítulo Primeiro

Actas para Aprovação

	preciação e votação o dia 15 de Outubro	-	•	
oraniana reanzada m	o dia 15 de odtabio	de 2015.		
	eu conteúdo e prod			•
Câmara Municipal de	eliberou, por unanimi	dade, aprovar a <i>A</i>	Acta nº 24, corres	pondente
à reunião ordinária re	ealizada no dia 15 de	Outubro de 2019		·





<u>Capítulo Segundo</u>

Diversos

PRIMEIRO: Valor a transferir para a Freguesia de Benfeita, relativo ao 2º trimestre de 2019, no seguimento do Protocolo de Entrega da Gestão de Sistemas de Abastecimento de Água
Presente a informação INF/DAGF SF/164, datada de 19/11/2019, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Exmo. Sr. Presidente
As receitas arrecadadas pelo Município de Arganil com os subsistemas de abastecimento de água da Dreia, Benfeita e Monte Frio no 2º trimestre de 2019 ascenderam a 3.186,87€;
E as despesas suportadas pelo Município de Arganil com os subsistemas de abastecimento de água da Dreia, Benfeita e Monte Frio no 2º trimestre de 2019 foram de 696,31€
Assim, propõe-se que o valor a transferir para a Freguesia da Benfeita seja de 2.490,56€À Consideração Superior,
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado
de 20.11.2019: "À Reunião de Câmara"
de 20.11.2019: "À Reunião de Câmara"
de 20.11.2019: "À Reunião de Câmara"
de 20.11.2019: "À Reunião de Câmara"



De acordo com o estipulado no n.º1 do artigo 49º da lei nº73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), com as alterações vigentes, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito
Considerando que, há necessidade de ao longo do ano económico, de manter uma resposta em termos de disponibilidade de tesouraria, adequada à oscilação da despesa
Considerando que, de acordo com o n.º1 do artigo 50.º do RFALEI, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados
Assim, nos termos do nº 2 do artigo 49º da referida lei, os empréstimos de curto prazo são empréstimos com maturidade até um ano. O empréstimo de curto prazo é, assim, contratado a partir de 1/1/2020 a 31/12/2020
O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos, aferidos a 31 de dezembro de cada ano, tendo por referência 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
O pedido de autorização para a contratação de empréstimos, a submeter à apreciação e eventual aprovação do órgão deliberativo, terá de ser obrigatoriamente acompanhado de demonstração e consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme determina o n.º5, do artigo 49.º do RFALEI.
(Anexo I)De forma a cumprir com o requisito legal, propõe-se que sejam convidadas a apresentar propostas as entidades financeiras com balcão no concelho, nomeadamente:
• Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;
Propõe-se que a Câmara Municipal de Arganil delibere a abertura do procedimento de contratação de um empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria
• Prazo do empréstimo: 1 ano;

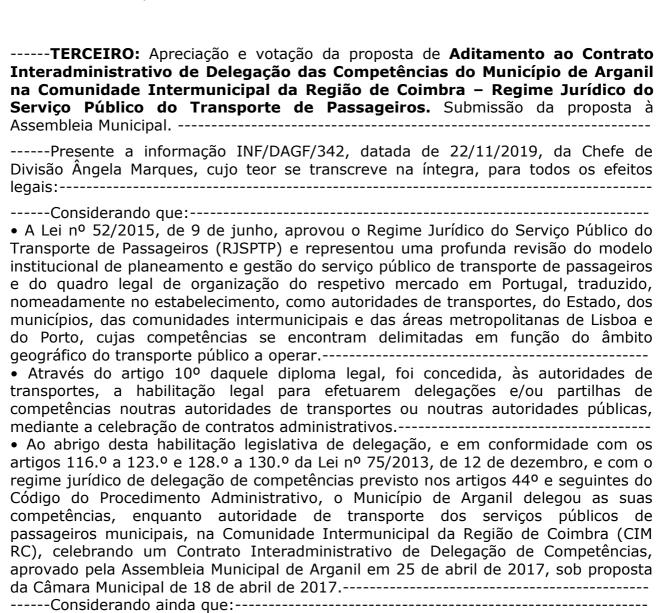


- ---• Amortização antecipada: a CMA poderá proceder à amortização antecipada de parte da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar condições para o efeito.--------• Outras: a proposta deverá mencionar quaisquer encargos indiretos, comissões ou outros custos, não sendo aceites comissões de imobilização.-------- Prazo para apresentação de propostas: as propostas deverão ser apresentadas até ao dia 16 de Dezembro de 2019.--------• Proposta a apresentar deverá incluir os seguintes elementos: Montante, taxas de juros, plano de amortização para o período do contrato e estimativa anual de juros.---------Sem prejuízo do disposto no nº5 do artigo 49º do RFAEI, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o Município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.----------Mais informo que deverá ser designado o júri do procedimento.----------Para qualquer dos tipos de empréstimo é da competência da Assembleia Municipal, autorizar a sua contratação, nos termos da alínea f), do artigo 25.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal.---------À consideração superior.-----
- ------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 22.11.2019: "À Reunião de Câmara".-----
- -----Usou da palavra o Senhor Presidente para explicar que "este assunto tem a ver com a conclusão de um processo que vimos aqui a trabalhar intensa e decisivamente já há muito tempo, da ampliação da Zona Industrial da Relvinha, que está a colocar uma pressão muito grande, nomeadamente naquilo que tem a ver com a concretização da aquisição dos terrenos, ou seja, pela calendarização que temos estabelecida no dia 7 de Janeiro faremos agui a apreciação do requerimento de Declaração de Utilidade Pública e Posse Administrativa dos terrenos, relativamente aos quais não tenha sido possível chegar a acordo com os proprietários, no âmbito da aquisição por via do direito privado, esses passarão para a fase seguinte, dentro daquilo que prevê o Código das Expropriações, há contudo e isso é informação que vos tenho passado, neste momento adquirimos já terrenos em valor aproximado a 600 mil euros, há aqui um pacote significativo de proprietários que já manifestaram interesse e disponibilidade para venderem os terrenos pelo valor que foi fixado por nós e que temos vindo a "empurrar para a frente com a barriga", como se costuma dizer, por causa da questão da tesouraria. Este empréstimo que é de curto prazo, este direccionado para esta necessidade de, durante o mês de Fevereiro o mais tardar, de concretizarmos as escrituras de compra e venda destes terrenos relativamente aos quais já há acordo dos proprietários."-----
- -----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/165/2019, o seguinte:-----
- ---a) aprovar a abertura do procedimento de contratação de um empréstimo de curto prazo, no montante de 600.000,00€ (seiscentos mil euros), para ocorrer a dificuldades de tesouraria;------
- ---b) designar o seguinte júri: Dr.ª Paula Duarte, Dr.ª Joana Duarte e Dr.ª Teresa Pereira; suplentes: Dr.ª Helena Santos e Dr. Luis Pedro Carvalho.-----





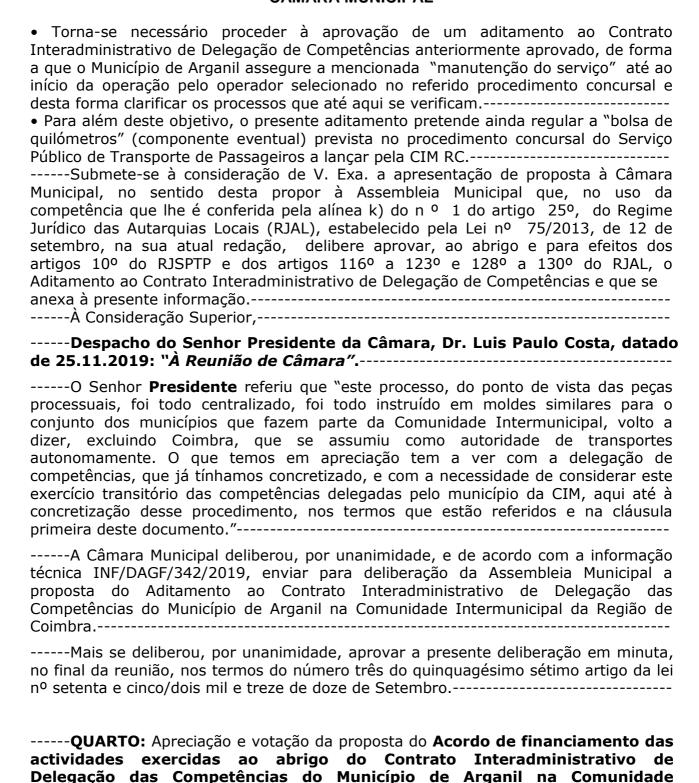
-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----



- No âmbito das competências delegadas, a CIM RC tem realizado o trabalho de preparação de um concurso público tendente à celebração de um contrato de concessão do serviço público de transporte de passageiros rodoviário, nos termos do disposto no RJSPTP e no Regulamento (CE) n.º 1370/2007.------
- Prevê-se que o serviço, objeto do contrato de concessão a celebrar na sequência do concurso público a lançar pela CIM RC, vá entrar em funcionamento efetivo após 3 de dezembro, pelo que existe a necessidade de manter os serviços atuais de transporte público de passageiros rodoviário até à data de entrada em funcionamento da concessão, necessários para a concretização da "manutenção desses serviços".------

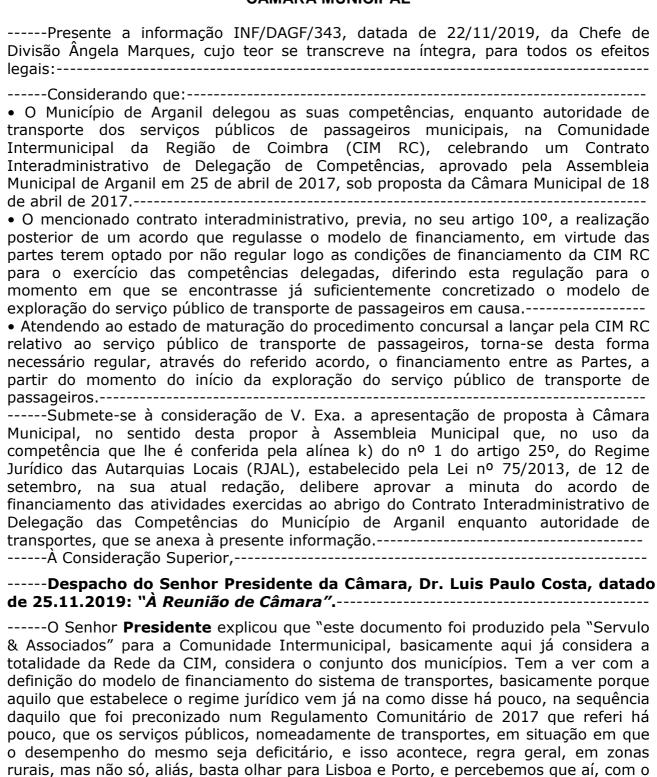






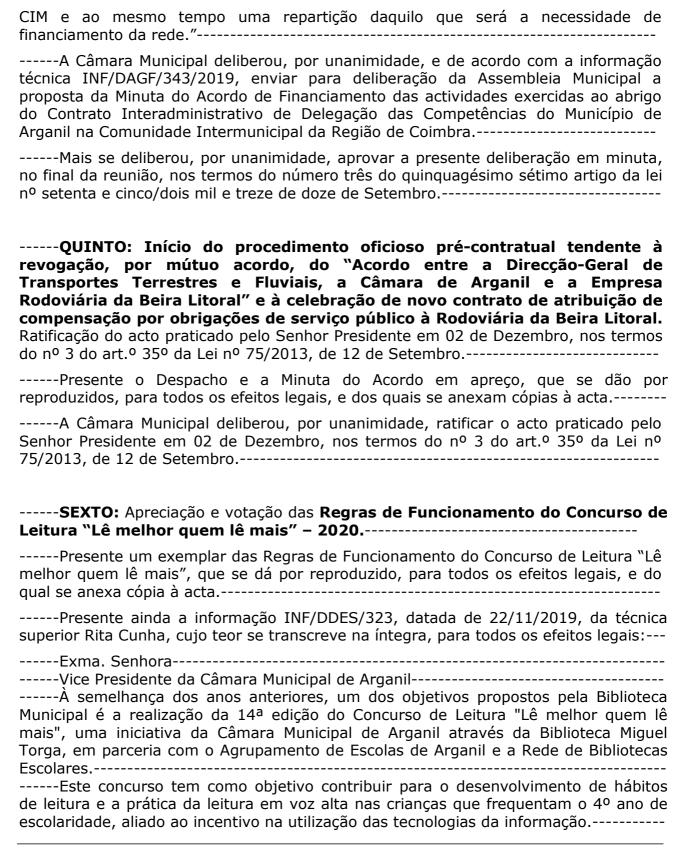
Intermunicipal da Região de Coimbra – Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros. Submissão da proposta à Assembleia Municipal.-----



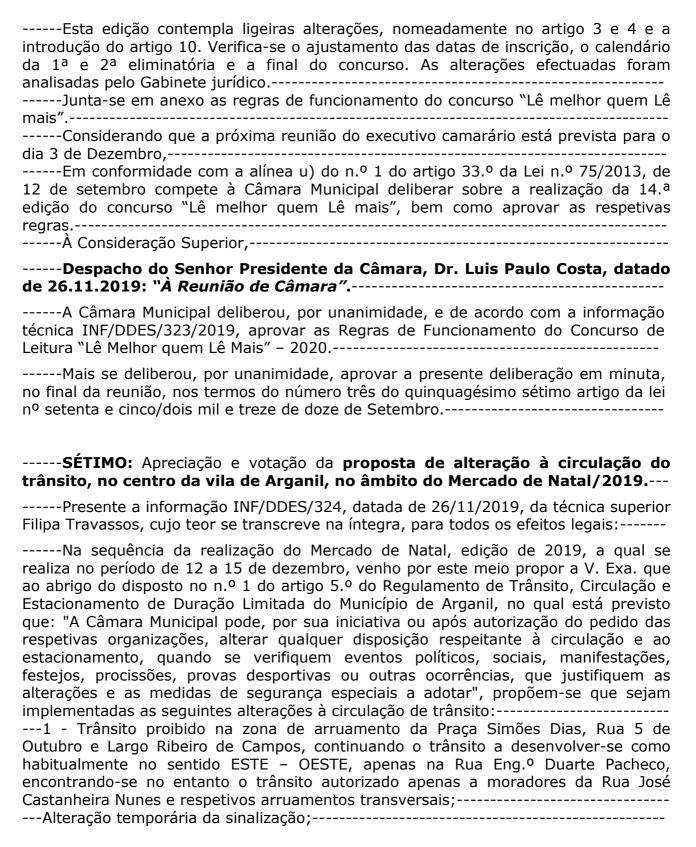


transporte de milhões de passageiros todos os anos, ainda assim, se trata de sistemas deficitários em que o Estado coloca muitos milhões de euros por ano, para cobertura do défice tarifário, no fundo a título de indemnização compensatória, aquilo que este documento estabelece é o valor básico por um lado para o procedimento da

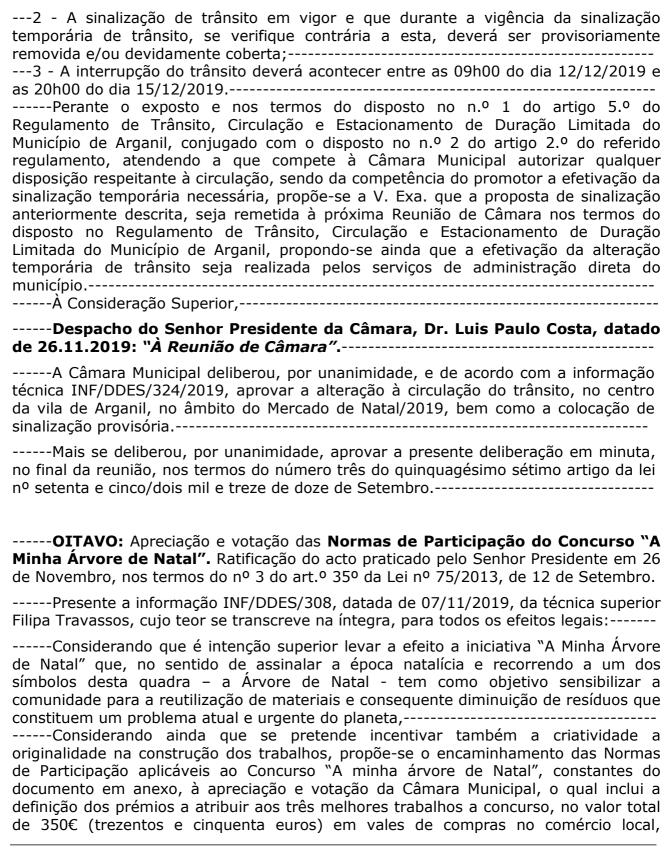




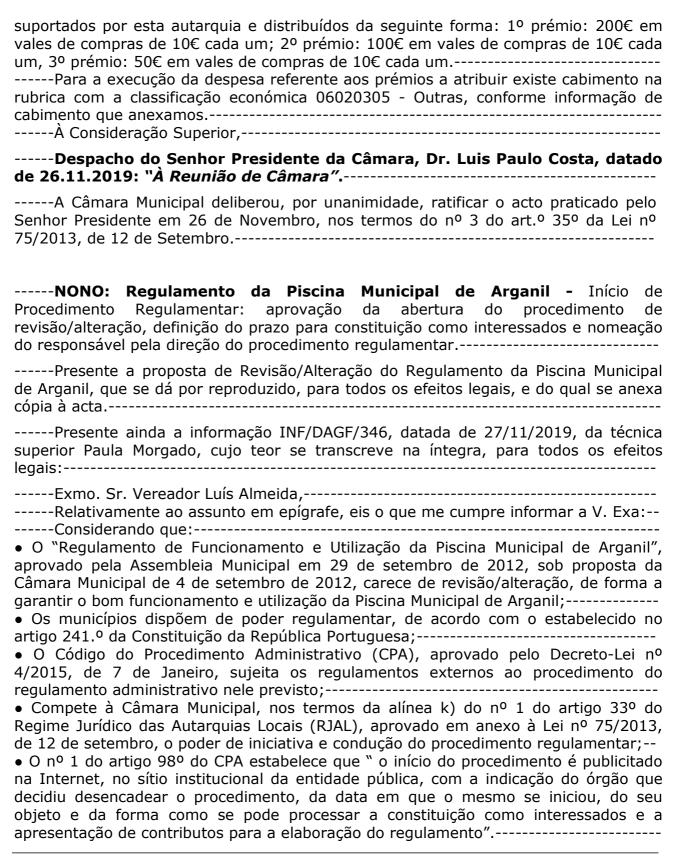














• Que, nos termos do artigo 55º do CPA, é necessário que a Câmara Municipal proceda à nomeação de um responsável pela direção do procedimento regulamentar, de entre os seus membros, trabalhador dele dependente ou equipa interna da Câmara Municipal;
Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de deliberar:
1. Aprovar a abertura do procedimento de revisão do Regulamento da Piscina Municipal de Arganil
2. Que os interessados no procedimento poderão, querendo, constituir-se como tal e apresentar as suas sugestões para a elaboração do projeto de revisão/alteração do mencionado Regulamento, no prazo 10 dias úteis a contar da data da publicitação de aviso no sítio institucional deste Município, através de comunicação escrita dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, e enviada pelo correio eletrónico geral@cm-arganil.pt ou por correio postal
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 28.11.2019: "À Reunião de Câmara"
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/346/2019, o seguinte:
a) aprovar a abertura do procedimento de revisão/alteração do Regulamento da Piscina Municipal de Arganil;
b) definição do prazo de dez dias úteis para a constituição de interessados no procedimento;
c) nomear como responsável pela direção do procedimento regulamentar a Dr.ª Paula Morgado
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro
DÉCIMO: Regulamento da Biblioteca Municipal Miguel Torga - Início de Procedimento Regulamentar: aprovação da abertura do procedimento de revisão/alteração, definição do prazo para constituição como interessados e nomeação do responsável pela direção do procedimento regulamentar
Presente a informação INF/DAGF/347, datada de 27/11/2019, da técnica superior Paula Morgado, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Exma. Sr. ^a Vice-Presidente,
Assembleia Municipal em 8 de maio de 1999 e, revisto em 5 de maio de 2009, nunca foi publicado em Diário da República, razão pela qual não tem forca legal e, pesse



sentido carece de revisão/alteração, de forma a garantir o bom funcionamento e utilização da Biblioteca Municipal de Arganil;
• Os municípios dispõem de poder regulamentar, de acordo com o estabelecido no
artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
• O Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sujeita os regulamentos externos ao procedimento do
regulamento administrativo nele previsto;
• Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º do
Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei nº 75/2013,
de 12 de setembro, o poder de iniciativa e condução do procedimento regulamentar;
• O nº 1 do artigo 98º do CPA estabelece que " o início do procedimento é publicitado
na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu
objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a
apresentação de contributos para a elaboração do regulamento"
• Que, nos termos do artigo 55º do CPA, é necessário que a Câmara Municipal proceda
à nomeação de um responsável pela direção do procedimento regulamentar, de entre
os seus membros, trabalhador dele dependente ou equipa interna da Câmara
Municipal;
Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de deliberar:
1. Aprovar a abertura do procedimento de revisão do Regulamento da Biblioteca
Municipal de Arganil – Miguel Torga
2. Que os interessados no procedimento poderão, querendo, constituir-se como tal e
apresentar as suas sugestões para a elaboração do projeto de revisão/alteração do
mencionado Regulamento, no prazo 10 dias úteis a contar da data da publicitação de
aviso no sítio institucional deste Município, através de comunicação escrita dirigida ao
Presidente da Câmara Municipal, e enviada pelo correio eletrónico <u>geral@cm-arganil.pt</u> ou por correio postal
3. A nomeação de um responsável pela direção do procedimento regulamentar
À Consideração Superior,
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado
de 28.11.2019: "À Reunião de Câmara"
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação
técnica INF/DAGF/347/2019, o seguinte:
a) aprovar a abertura do procedimento de revisão/alteração do Regulamento da
Biblioteca Municipal Miguel Torga;
b) definição do prazo de dez dias úteis para a constituição de interessados no
procedimento;
c) nomear como responsável pela direção do procedimento regulamentar a Dr.a
Margarida Fróis
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta,
no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei
nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro

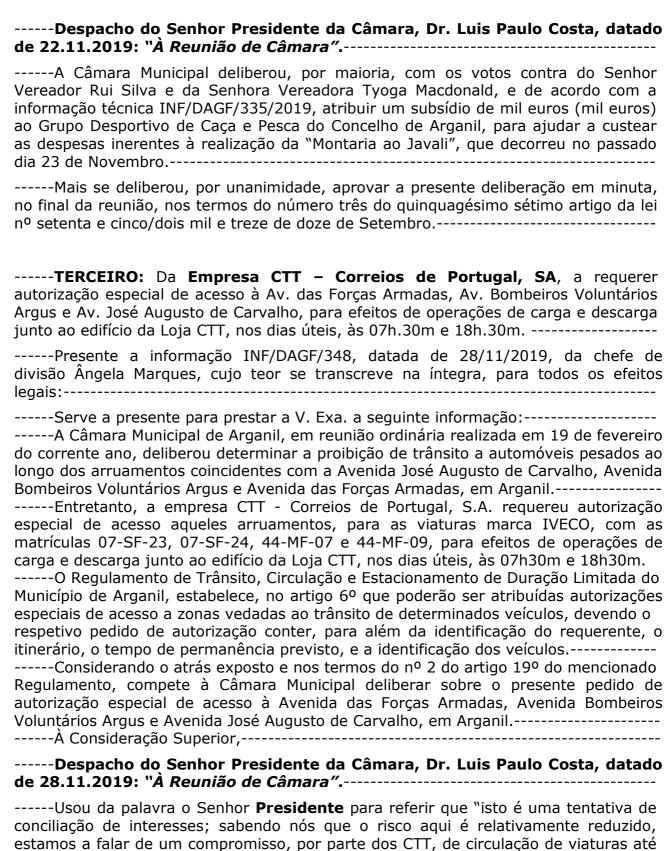


Capítulo Terceiro

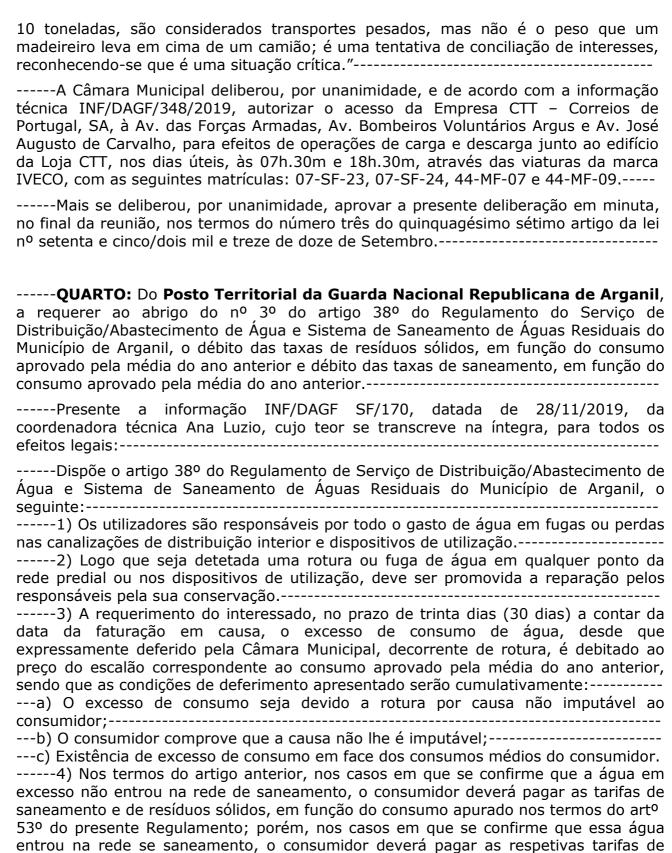
Expediente













saneamento em função do consumo efetivo, ficando o pagamento das tarifas de resíduos sólidos dependente do consumo apurado naqueles termos.----------Foi entretanto rececionado neste Município, um requerimento apresentado ao abrigo do artigo 38º nº 3 do Regulamento Municipal supra referido.----------Assim, considerando os pressupostos de aplicação daquele normativo, bem como o preenchimento dos mesmos, face à situação em concreto em causa, importa dar seguimento a tal requerimento. Vejamos:----------Requerimento apresentado pelo Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Arganil, 1º Sargento Infa, Sr. Vitor José da Silva Cardoso, com o código do consumidor 20103 - Cfr. REC/78 e 97/2019): o requerente reclamou o consumo excessivo imputado às faturas dos meses de agosto e setembro. Verificou----a) o excesso de consumo decorreu da existência de uma rutura no sistema de rede das instalações da GNR (cfr. movimentos da REC/78/2019), conforme comprovado.-------b) os técnicos do Município comprovaram a existência da rutura (cfr. movimentos da REC/78/2019) e que a áqua em excesso não terá entrado na rede de saneamento;--------c) o consumidor afirmou que existiu um excesso de consumo, sendo o mesmo comprovado com a média do consumidor na conta corrente do SGA (o consumidor reclama um consumo lido de 459 m3 sendo a média de todos os consumos de 83 m3). -----Considerando que, ao abrigo do artigo 3º da Lei dos Serviços Públicos Essenciais, "o prestador do serviço deve proceder de boa-fé e em conformidade com os ditames que decorrem da natureza pública do serviço, tendo igualmente em conta a importância dos interesses dos utentes que se pretende proteger",-----------Considerando que, casuisticamente, se encontram preenchidos os pressupostos de aplicação do nº 3 do artº 38º, do regulamento municipal em causa,----------Propõe-se a submissão de tal requerimento à apreciação e votação da Câmara Municipal, a fim de que a mesma determine:--------o deferimento do requerimento apresentado pelo Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Arganil, 1º Sargento Infa, Sr. Vitor José da Silva Cardoso, ao abrigo do nº 3 do artigo 38º do regulamento municipal referido supra.-------o débito das taxas de resíduos sólidos, em função do consumo aprovado pela média do ano anterior.--------o débito das taxas de saneamento em função do consumo aprovado pela média do ano anterior.----------À Consideração Superior,----------- Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 28.11.2019: "À Reunião de Câmara".----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/170/2019, aprovar o débito das taxas de resíduos sólidos, em função do consumo aprovado pela média do ano anterior e o débito das taxas de saneamento em função do consumo aprovado pela média do ano anterior.----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

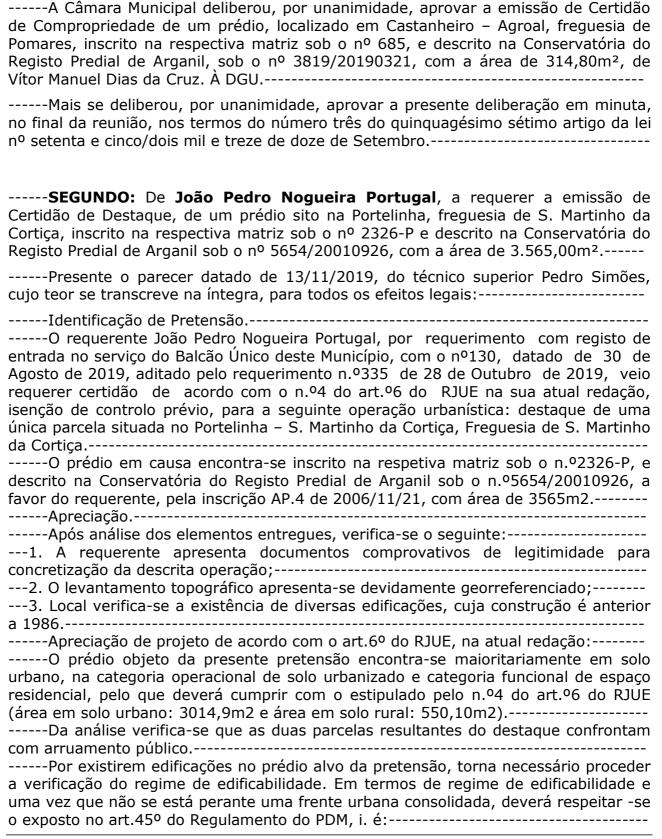


Capítulo Quarto

Requerimentos Diversos

PRIMEIRO: De Vítor Manuel Dias da Cruz , a requerer a emissão de certidão de compropriedade de um prédio, localizado em Castanheiro – Agroal, freguesia de Pomares, inscrito na respectiva matriz sob o nº 685, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil, sob o nº 3819/20190321, com a área de 314,80m²
Presente o parecer datado de 12/11/2019, do técnico superior Pedro Simões, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
DEPOIS DE ANALISADO O PEDIDO, CUMPRE-ME INFORMAR QUE:
O prédio em causa encontra-se inscrito na respetiva matriz sob o nº685, e descrita na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº3819/20190321, a favor do requerente, pela inscrição AP.289 de 2019/03/21, com área de 314,80m2
O requerente entrega estudo de rendibilidade e declaração da formação de compropriedade
Da análise aos elementos entregues, não se verifica que a referida transmissão, vise ou dela resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, conforme o disposto e para os efeitos previstos no artigo 54º, n.º 1, da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 70/2015 de 16 de julho, pelo que o presente não poderá ser indeferido (Parecer
DAJ 97/2019 de 04/06/2019)
agricola de produção
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 26.11.2019: "À Reunião de Câmara"

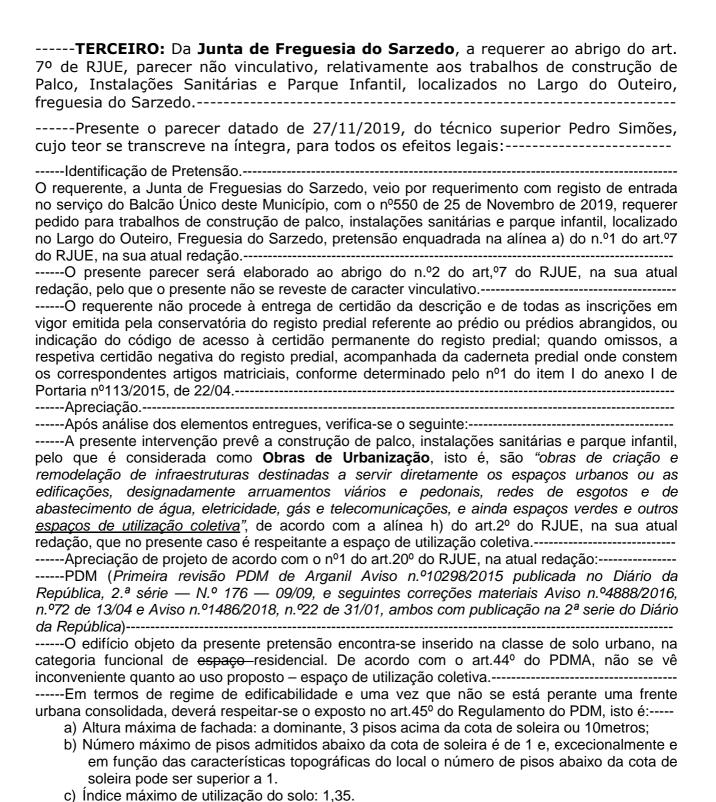






a) Altura máxima de fachada: a dominante, 3 pisos acima da cota de soleira ou
10metros;
Área do prédio: 3.565,00m2 (confirmada por levantamento topográfico)
Área da parcela a destacar: 1.159,00m2; Área de construção potencial: 1.159,00 x 1,35 = 1.564,65m2 < 472m2 (240m2 + 232m2);
Área da parcela sobrante: 2.406,00m2;
SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA
Verifica-se que a pretensão não se localiza em área de servidão administrativa. Assim, verifica-se o seguinte:
permitem o procedimento solicitado;
3. Ambas as parcelas após destaque confrontam com arruamento público;
5. A parcela a destacar apresentará uma área de 1.159,00m2, sendo que a parcela remanescente fica com uma área de 2.406,00m2Conclusão
Em conclusão, o pedido de destaque encontra-se de acordo com o n.º4 do art.º6 do RJUE, na sua atual redação, pelo que se propõe a Vossa Ex.ª, o encaminhamento do mesmo à Câmara Municipal para o seu deferimentoÀ CONSIDERAÇÃO SUPERIOR
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 26.11.2019: "À Reunião de Câmara"
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de Certidão de Destaque, de um prédio sito na Portelinha, freguesia de S. Martinho da Cortiça, inscrito na respectiva matriz sob o nº 2326-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 5654/20010926, com a área de 3.565,00m², de João Pedro Nogueira Portugal. À DGU
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro





-----Áreas Propostas:-----



---Área de Implantação: Parque Infantil + Instalação Sanitária + Palco = 65,61 + 98,4 + (98,4 + $26,4) = 288,81m^2$; ---Área de Construção: Instalação Sanitária + Palco = 98,4 + (98,4 + 26,4) = 223,2m²; ---N.º de pisos: 1 + abaixo da cota de soleira; ---Altura máxima da fachada: 4,30m. -----Tendo em conta o uso previsto o art.82º do PDMA não tem aplicabilidade.----------Dado se localizar em espaço urbano, de acordo com o art.º16 do DL n.º124/2006 de 28/06, na atual redação, e conforme estipulado pelo art.15º e art.22º do PDMA o presente não terá verificar a carta de perigosidade ou salvaguardar uma faixa de gestão de combustível.----------SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.----------Quanto à localização face às áreas de restrição de utilidade pública: Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), verifica-se que o prédio não se encontra -----Verifica-se que a pretensão não se localiza em área de servidão administrativa.----------Conclusão.----------Em conclusão, propõe-se a Vossa Ex.ª o encaminhamento do presente parecer a Reunião de Câmara para deliberação do deferimento da pretensão, condicionado ao disposto na alínea c) do art.30º do PDMA, conforme determinado pelo n.º2 do art.º7 do RJUE, na sua atual redação.-----------À consideração superior.----------- Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 28.11.2019: "À Reunião de Câmara".---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Prévio Favorável, relativamente aos trabalhos de construção de Palco, Instalações Sanitárias e Parque Infantil, localizados no Largo do Outeiro, freguesia do Sarzedo, da Junta de Freguesia do Sarzedo. À DGU.----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.----------QUARTO: Da Junta de Freguesia de Folques, a requerer ao abrigo do artº 7º de RJUE, parecer não vinculativo, relativamente aos trabalhos de construção de Reservatório de Água, localizado no Alqueve, freguesia de Folques.----------Presente o parecer datado de 28/11/2019, do técnico superior Pedro Simões, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------Identificação de Pretensão.----------O requerente, a Junta de Freguesias de Folques, veio por requerimento com registo de entrada no serviço do Balcão Único deste Município, com o nº547 de 22 de Novembro de 2019, requerer pedido para trabalhos de construção de reservatório, localizado em Alqueve, Freguesia de Folques, pretensão enquadrada na alínea a) do n.º1 do art.º7 do RJUE, na sua atual redação.-------O presente parecer será elaborado ao abrigo do n.º2 do art,º7 do RJUE, na sua atual redação, pelo que o presente não se reveste de caracter vinculativo. ----------O requerente não procede à entrega de certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem





os correspondentes artigos matriciais, conforme determinado pelo nº1 do item I do anexo I de Portaria nº113/2015, de 22/04, em substituição refere que o reservatório será implantado "num terreno pertencente aos baldios do Alqueve".----------Apreciação.----------Após análise dos elementos entregues, verifica-se o seguinte:----------A presente intervenção prevê a construção de depósito de água para apoio ao combate a incêndios, pelo que é considerada como Obras de Urbanização, isto é, são "obras de criação e remodelação de infraestruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva", de acordo com a alínea h) do art.2º do RJUE, na sua atual redação, que no presente caso é respeitante depósito de água.----------Apreciação de projeto de acordo com o nº1 do art.20º do RJUE, na atual redação:----------PDM (Primeira revisão PDM de Arganil Aviso n.º10298/2015 publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 176 — 09/09, e seguintes correções materiais Aviso n.º4888/2016. n.º72 de 13/04 e Aviso n.º1486/2018, n.º22 de 31/01, ambos com publicação na 2ª serie do Diário da República)----------Em termos de carta de ordenamento, o edificado objeto da presente pretensão encontra-se inserido na classe de solo rural e na categoria funcional de espaço florestal de produção, pelo que de acordo com a alínea h) do n.º2 do art.29º do PDMA, não se vê inconveniente no uso proposto - infraestrutura.----------Em termos de regime de edificabilidade, de acordo com o n.º7 do art.30º do Regulamento do PDM, deverá cumprir-se com o seguinte: "A instalação de infraestruturas que pela sua natureza não se possam localizar em solo urbano, nomeadamente ETARs, ecocentros ou subestações, postos de transformação, parque eólicos e outras, devem observar as disposições ambientais e paisagísticas decorrentes dos respetivos processo de licenciamento junto das entidades competentes, sendo as regras e os parâmetros urbanísticos aqueles que resultem das condições de funcionalidade e de operacionalidade exigidas ao normal funcionamento dessas infraestruturas específicas" ----------Tendo em conta o uso previsto o art.82º do PDMA não tem aplicabilidade.----------Considerando o uso em causa, infraestrutura, o art.15º e 22º do PDMA não possuem aplicabilidade.----------SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.----------Quanto à localização face às áreas de restrição de utilidade pública: Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), verifica-se que o prédio se encontra condicionado por REN na tipologia – Áreas com Riscos de Erosão. No entanto, caso se encontre previsto no PMDFCI, este não se encontra sujeito a comunicação prévia junto da CCDR-C, conforme previsto pela alínea c) do item I, anexo II do RJREN.----------A presente pretensão foi alvo de proposta pelo município à Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Arganil para inclusão de reservatório a construir em Alqueve na rede de pontos de água do PMDFCI.----------Mais se verifica que a pretensão não se insere em área de servidão administrativa.----------Face ao exposto, e considerando os elementos apresentados, não se vê inconveniente quanto à presente proposta relativamente ao disposto no n.º2 do art.º7 do RJUE, no entanto este organismo deverá verificar a necessidade de parecer junta da CCDR-C. -----------Em conclusão, propõe-se a Vossa Ex.ª o encaminhamento do presente parecer a Reunião de Câmara para deliberação do deferimento da pretensão, condicionado ao disposto na alínea c) do art.30º do PDMA, conforme determinado pelo n.º2 do art.º7 do RJUE, na sua atual redação.-----





À consideração superior	
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, data de 28.11.2019: "À Reunião de Câmara"	do
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Prévio Favoráve relativamente aos trabalhos de construção de Reservatório de Água, localizado r Alqueve, freguesia de Folques, da Junta de Freguesia de Folques. À DGU	าด
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minut no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro	lei
QUINTO: De Maria Tereza Nobre Madeira, a requerer a emissão de certida de atravessamento de terreno, sito em Areeiros – Barril de Alva, por caminho públic dividindo-o em três parcelas.	
Presente o parecer datado de 22/10/2019, do técnico superior Pedro Simõe cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:	:s,
A pretensão visa a certificação do atravessamento de terreno por causa natur situação que, de acordo com a presente informação, se confirma	 nho nte
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, data de 28.11.2019: "À Reunião de Câmara"	do
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de Certida de Atravessamento de terreno, sito em Areeiros – Barril de Alva, por caminho públic dividindo-o em três parcelas. À DGU	
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minut no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da no setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro	lei
ENCERRAMENTO	

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.------